

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) Juiz(a) de Direito da **Vara Regional**
de Mangabeira na Comarca de João Pessoa, Estado da Paraíba.

JOSÉ ROQUE PAULINO, brasileiro, viúvo, braçal, portador do RG nº 1.071.665 SSP/PB e inscrito no CPF sob o nº 394.887.214-72, residente e domiciliado na Rua Onivaldo de Souza, nº 331, Bancários, João Pessoa - PB, Cep: 58051-806, por seus bastantes procuradores e advogados, consoante instrumento de mandato anexo, com domicílio profissional descrito no rodapé, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com arrimo na Lei nº 6.194/1974 e demais legislações pertinentes, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, Cep: 20031-205, pelas razões de fato e direito doravante aduzidas.

INTROÍTO

a). Gratuidade judiciária.

O suplicante requer que lhe seja concedido o benefício da justiça gratuita para cujo exercício, como lhe faculta o artigo 5º, incisos XXXV e LXXIV, da CF/88, bem assim os artigos 2º e 4º da Lei nº 1.060/50 e art. 99 e ss. do Código de Processo Civil (CPC/2015), haja vista não dispor de condições financeiras



suficientes para arcar com as despesas processuais sem prejuízo do sustento familiar, declarando sob as penas da lei.

Assim, requer a gratuidade judiciária, fazendo-se juntar a declaração de insuficiência financeira.

b). Notificações – intimações e/ou publicações.

Requer o Autor que todas as futuras intimações e publicações alusivas ao feito, sejam feitas na pessoa dos Bels. **João Victor Arruda Ramalho e Sueldo Kleber Soares de Farias**, ambos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Paraíba, sob o nº 13.818 e 13.807, respectivamente, a fim de se evitar eventuais nulidades.

c). Declaração de autenticidade dos documentos.

Os patronos que ora subscrevem declaram, sob sua responsabilidade pessoal, nos termos do art. 425, VI, do CPC/2015, a autenticidade dos documentos juntados, sendo todos cópias reprográficas autênticas.

DOS FATOS

Consoante se extrai dos documentos anexos, no dia 18 de abril de 2018, por volta das 20:00, o autor foi vítima de acidente de trânsito causado por veículo automotor de via terrestre.

Naquele fatídico dia, o autor encontrava-se a trabalho no bairro do José Américo, nesta capital, na qualidade de carregador de caminhão, quando ao tentar retirar a corda que se encontrava amarrada no veículo, acabou sendo imprensado entre dois caminhões, causando-lhe um trauma no ombro direito e no tórax (**doc. anexo**), com visível dano estético no local da lesão, bem assim, psíquico.

Desde então, foi imediatamente socorrido para o **Complexo Hospitalar de Mangabeira**, onde foi submetido a avaliação médica e exame de imagem, resultando em hipótese diagnóstica de **fratura de clavícula direita e trauma no tórax** (**doc. anexo**).



Por tal fato, é devido o pagamento do prêmio segurado, na forma da Lei nº 6.194/1974.

FUNDAMENTO JURÍDICO

De proemio, é imperioso afirmar que os danos causados ao autor resultaram em uma lesão sofrida grave e permanente, apresentando prejuízo estético e psíquico, sendo certo que não terá mais condições para voltar ao seu trabalho anterior.

Logo, ao caso telado, deve ser aplicado a Lei 6.194/1974, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Pois bem, atentando-se ao disposto no art.3º, *caput*, II, §1º, da legislação supra:

Art. 3 Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei **compreendem as indenizações** por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

(...)

§ 1 No caso da cobertura de que trata o inciso II do *caput* deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as **lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica**, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será



diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, **correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;** e

II - quando se tratar de **invalidez permanente parcial incompleta**, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. *(grifos e destaques nossos).*

Conforme documentação comprobatória, o nexo de causalidade entre o fato ocorrido (acidente) e o dano dele decorrente são inequívocos, fazendo jus o Autor ao recebimento do seguro obrigatório, nos termos do art. 5º, *caput*, da Lei nº 6.194/1974:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente** e do **dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. *(destaque nosso).*

Assim, tem-se evidenciado:

a). Prova do acidente: *Certidão de Registro de Ocorrência Policial nº 01375.01.2018.1.00.420;*

b). Prova do dano decorrente: *fratura de clavícula direita, trauma no tórax e prejuízo estético e psíquico;*

Portanto, trata-se de necessária indenização proporcional ao Dano sofrido pelo Autor, conforme precedentes sobre o tema:

DPVAT. Ação de cobrança. Boletim de Ocorrência que revela a dinâmica do acidente. Carro desgovernado que atinge o braço do autor. Acidente coberto pelo seguro



obrigatório. Sentença confirmada. Recurso desprovido. (TJSP 10172507820168260451, 36ª Câmara de Direito Privado. Publicação em 04.05.2018).

DPVAT. Seguro obrigatório. Acidente automobilístico. Sequelas residuais permanentes. Obrigatoriedade do pagamento do DPVAT as vítimas de acidente. De acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a indenização do seguro, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez. Incidência da correção monetária desde o evento danoso, nos termos da Súmula 580 do STJ. Provimento parcial do recurso. (TJRJ. Apel. Cível nº 01481217420148190001. Rel. Des. Ferdinando do Nascimento. Decima Nona Câmara Cível. Publicado em 11.05.2018)

Trata-se de necessária aplicação da lei, uma vez que o autor se enquadra dentro da previsão inserta do art.2º da Lei nº 6.194/1974, cabendo-lhe o direito ao imediato pagamento de indenização, conforme amplamente protegido pelos tribunais pátrios.

CORREÇÃO MONETÁRIA

Conforme precedentes sobre o tema, o valor apurado deve sofrer atualização monetária a partir da data do sinistro, consoante entendimento sumular do STJ:

Súmula 43 - Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo. (Súmula 43, CORTE ESPECIAL, julgado em 14/05/1992, DJ 20/05/1992)

Colham na jurisprudência dos nossos tribunais, o mesmo entendimento prevalente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATORIO – DPVAT. ATUALIZAÇÃO DO VALOR INDENIZATORIO PREVISTO NA LEI N. 6.194/1974, DESDE A DATA DO



EVENTO DANOSO. SÚMULA 580 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (TJSC. – AC 0310102-07.2016.8.24.0033. Rel. Des. Maria do Rocio Luz Santa Ritta. Terceira Câmara de Direito Civil. Data de Julgamento: 08.05.2018)

ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. TESE FIRMADA PELO STJ SOB O FORMATO DO ART. 543-C DO CPC. (Resp. 1.483.620/SC). JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO (STJ, SÚMULA 426). RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. 1.Ocorrido o acidente automobilístico, aferido que as lesões experimentadas pela vítima determinaram sua incapacidade parcial permanente decorrente da debilidade permanente do membro inferior esquerdo em um segmento que passará a afligi-la, patenteado o nexo de causalidade enlaçando o evento danoso a invalidez que a acomete, assiste-lhe o direito de receber a indenização derivada do seguro obrigatório – DPVAT – (...), a omissão legislativa sobre a previsão de atualização do delimitado como simples forma de preservar a identidade das coberturas no tempo por estarem sujeitas ao efeito corrosivo da inflação obsta que seja determinada a correção das indenizações devidas desde o momento da fixação da base de cálculo, determinando que sejam atualizadas somente a partir do evento danoso, conforme tese firmada pela Corte Superior de Justiça sob o formato do art. 543-C do CPC/1973 em sede de julgamento de recursos repetitivos (Resp. 1.483.620/SC), e incrementadas dos juros de mora legais e a contar da citação (STJ, Súmula 426). 5. Apelação conhecida e provida. Unânime. (TJ-DF 20170110092880 DF 0002977-97.2017.8.07.0001. Rel. Des. Teófilo Caetano. Primeira Turma Cível. j. em 25.4.2018. DJe de 03.5.2018).

Motivo pelos quais, devida a atualização dos valores a partir da data do evento danoso, qual seja: **18 de abril de 2018**.

PEDIDOS



Ex positi, uma vez comprovado o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano, a ensejar o dever de indenizar o Autor, vítima do evento lesivo, requer a Vossa Excelência:

a). A citação da seguradora Ré para, querendo, oferecer Contestação no prazo legal, sob pena de incidência dos efeitos da revelia, além da presunção de veracidade dos fatos articulados na peça arial;

b). Seja julgado PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a seguradora acionada a pagar ao Autor indenização no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, a ser acrescido de correção monetária a partir de 18.04.2018, data do evento danoso;

c). O Autor manifesta a opção pela autocomposição, mediante a designação de audiência de conciliação, nos termos do art. 319, VII e 334, do CPC/2015;

d). A concessão das benesses da gratuidade judiciária, na forma da legislação de regência outrora indicada, por ser o Autor pobre na acepção legal do termo, não tendo condições de arcar com os custos da demanda sem prejuízo do sustento próprio e de seus familiares, conforme declaração de insuficiência financeira anexa;

e). A nomeação de perito especializado no objeto da perícia, nos moldes do art. 465 do CPC/2015, para fins de constatação e comprovação da invalidez permanente acometida ao demandante e consequente enquadramento na tabela anexa a Lei n 6.194/74, nos percentuais cabíveis;

f). A condenação da seguradora Ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência, fixados no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, *caput*, §2º, do CPC/2015;

Provará o alegado através das provas admitidas em direito, em especial a prova pericial médica.

Dá a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Termos em que,
Pede deferimento.

João Pessoa, 09 de Março de 2019.



João Victor Arruda Ramalho
OAB/PB n° 13.818

Sueldo Kleber Soares de Farias
OAB/PB n° 13.807

